

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – SENAD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2019
PROCESSO Nº 08129.002051/2019-50

FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, brasileiro, casado, Leiloeiro Oficial do Estado de Minas Gerais inscrito na JUCEMG sob o nº 445, inscrito no CPF sob o nº 039.167.186-30, endereço eletrônico: secretario8@fernandoleiloeiro.com.br, domiciliado profissionalmente na Rua Idalina Dornas, nº 13, Bairro Universitário, Itaúna/MG, CEP: 35.681-156, vem, tempestivamente à presença de V. S.^a, apresentar CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo apresentado pelo licitante JOSÉ ANTÔNIO RODOVALHO JÚNIOR, o que faz na forma do articulado abaixo e adiante e para os fins que expõe:

I. CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE

O direito de apresentação da manifestação em tela se amolda a legislação pertinente à matéria de licitações públicas (art. 4º, inciso XVIII, Lei nº 10.520/2002), bem como à disposição insculpida em edital, que apresenta, em seu item 9.2.3, o prazo de 3 (três) dias para juntada de contrarrazões.

O recurso do Recorrente foi apresentado no dia 08/05/2019, razão pela qual as presentes contrarrazões são tempestivas, devendo ser recebidas e devidamente analisadas pelo respeitável Presidente da Comissão licitatória ou seu superior hierárquico, consonante com o que preceitua a lei 8.666/93.

II. SÍNTESE DOS FATOS

Busca o Recorrente discutir possível inviabilidade de manutenção do resultado do certame com base em hipotética impossibilidade de prestação dos serviços objeto da contratação pelos valores da proposta vencedora.

Alega, em suma, que a proposta que se sagrou vencedora é inexequível, uma vez que, sob sua ótica, é irrisória e incapaz de, sequer, cobrir os gastos com a realização dos trabalhos.

Nada obstante, razão não lhe assiste, visto que a aludida proposta, além de ser a melhor dentre as demais apresentadas pelos outros concorrentes – sendo, portanto, a mais interessante para o ente Contratante - é sim viável do ponto de vista econômico conforme se demonstrará detidamente nos tópicos seguintes, razão pela qual inexiste qualquer nódoa capaz de macular a contratação do ora Expoente, motivo suficiente para que seja rechaçado o recurso apresentado e, via de consequência, aperfeiçoada a contratação do vencedor.

Esta é, em apertada síntese, a epítome dos fatos.

III. PRELIMINARES

Antes de adentrar ao mérito importante destacar que o recurso apresentado pelo Recorrente não merece sequer ser conhecido.

III.1. PRELIMINARES – MATÉRIA PRECLUSA – EVENTUAL CONTRARIEDADE ÀS DISPOSIÇÕES CONTIDAS EM EDITAL DEVERIAM TER SIDO QUESTIONADA EM SEDE DE IMPUGNAÇÃO – MOMENTO E FORMA INADEQUADA PARA DISCUSSÃO DAS PREMISSAS QUE GUIARAM A LICITAÇÃO

Ab initio, cumpre destacar que o recurso sob comento levanta reclama a regularidade da proposta apresentada pelo Recorrido que, segundo o Recorrente, é inviável financeiramente.

Nada obstante, inexiste impedimento à proposta realizada pelo Recorrido no edital de licitação, razão pela qual, acaso fosse contrário ao expediente adotado, deveria ter o Recorrente se utilizado da “impugnação ao edital” – o que não foi feito.

Em seu tópico de nº 4 (DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR), o edital foi claro ao traçar as premissas que serviriam de parâmetro para julgamento.

O Recorrente as analisou e permaneceu inerte, o que faz presumir ter concordado com seu conteúdo, razão pela qual descabe, nesta oportunidade, pugnar pelo seu descabimento.

Destarte, restando precluso o questionamento acerca dos critérios de contratação – mesmo que por vias obliquas, como intenta o Recorrente – é que não deve, sequer, ser conhecido o recurso avariado, visto que a vitória do Recorrido seu deu com esteio nos critérios insculpidos em edital, os quais não foram oportunamente questionados por qualquer interessado.

IV. MÉRITO

Sintetizado os fatos, importante demonstrar inexistir lastro legal suficiente a justificar o pleito do Recorrente, visto que a licitação correu conforme os mais comezinhos preceitos legais, razão pela qual deve ser mantida consoante se demonstrará a seguir.

IV.1. PROPOSTA VENCEDORA – LEGALIDADE E VIABILIDADE FINANCEIRA – PLENA POSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO – SITUAÇÃO LEGALMENTE MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATANTE

Ab initio, antes de adentrar ao cerne da questão abordada em recurso, cumpre salientar que o Recorrido, ora Expoente, sagrou-se vencedor após rigoroso processo de seleção, que tramitou dentro da legalidade, justamente por ter preenchido todos os requisitos legais, assim como por ter apresentado a melhor proposta para a Administração Pública.

Tal informação, por si só, já seria o suficiente para denotar toda credibilidade atribuída ao Recorrido, visto ser aquele que se mostrou, dentro das diretrizes legais e editalícias, o mais bem preparado para assunção do mister objeto da contratação. Nada obstante, o Recorrente aduz que os valores apresentados pelo Recorrido em sua proposta são supostamente inexecutáveis, situação que, ao seu juízo, seria suficiente a inviabilizar sua contratação.

Contudo, tal argumentação não pode prosperar.

O Recorrente se apegua a literalidade do art. 44, § 3º, da Lei 8666/93, que impede a apresentação de valores simbólicos, como fator a impedir a contratação do Recorrido.

Todavia, com o devido respeito, ao assim proceder, o Recorrente o faz com esteio na interpretação literal da norma, a qual, sabidamente, não se consubstancia na melhor forma de se buscar a intenção da lei.

A aplicação do texto legal não deve violar a sua razão de ser, mas, sim, buscar preservar a mens legis que justamente inspirou a sua criação. Assim, é necessário que se aplique a interpretação teleológica, buscando o necessário equilíbrio entre meios e fins.

Em artigo publicado no rotativo Migalhas, o doutrinador JONES FIGUEIRÊDO ALVES, abordando determinado acórdão, menciona a concepção da interpretação teleológica:

“Pois bem: em ser assim, deverá haver na estimação da norma, a devida congruência entre meios e fins, para que sua eficácia exalte a sua própria razão de ser. Toda norma deve ser interpretada teleologicamente, ou seja, pela ideia-força que a construiu.” Grifou-se.

No caso em apreço, parece óbvio que o legislador, ao inserir determinadas barreiras no procedimento licitatório, não o fez com espreque no impedimento de apresentação da melhor proposta à Administração Pública, mas, sim, com esteio na proteção da mesma em relação a propostas inexecutáveis.

A questão do “preço simbólico” deve ser analisada de forma casuística e não generalista. Senão vejamos a lição de MARÇAL JUSTEN FILHO:

“A apuração da vantagem depende da natureza do contrato a ser firmado. A definição dos custos e dos benefícios é variável em função das circunstâncias relativas a natureza do contrato e das prestações dele derivadas. A vantajosidade de uma contratação é um conceito relativo, na acepção de que as circunstâncias é que determinam a consistência da maior vantagem possível.” Grifou-se.

Dito isso, não é demais ressaltar que a situação em apreço traz características próprias que a tornam diferente em relação aos “casos comuns”.

Justifica-se.

Como sabido, no tocante ao regramento legal cabível à remuneração do Leiloeiro, observa-se que o Decreto nº 21.981/1932 (diploma responsável por regular a dita profissão), assim disciplina em relação à remuneração dessa categoria:

“Art. 24. A taxa da comissão dos leiloeiros será regulada por convenção escrita que estabelecerem com os comitentes, sobre todos ou alguns dos efeitos a vender. Não havendo estipulação prévia, regulará a taxa de cinco por cento sobre moveis, semoventes, mercadorias, joias e outros efeitos e a de três por cento sobre bens imóveis de

qualquer natureza.

Parágrafo único. Os compradores pagarão obrigatoriamente cinco por cento sobre quaisquer bens arrematados.” Grifou-se.

Logo, fácil notar que simples leitura do supracitado artigo deixa claro caber ao Leiloeiro duas formas de remuneração cumulativas, posto que uma não exclui a outra, muito embora seja facultado ao mesmo negociar o recebimento do valor devido frente ao Comitente (que no caso concreto, é o ente licitante).

Assim, a primeira forma de remuneração, de responsabilidade do Comitente, pode ser negociada e, na ausência de estipulação prévia, seria de 5% sobre bens moveis e 3% sobre bens imóveis. Contudo, reitere-se, pode ser negociada (tanto que assim previu o edital prevendo ser este um dos parâmetros para contratação – menor preço).

A segunda é de responsabilidade do arrematante, sendo direito líquido, certo e irrenunciável do Leiloeiro, legalmente fixada a base de 5% sobre o valor do bem, de qualquer natureza seja, é inegociável.

Repise-se que o Leiloeiro tem direito irrenunciável de receber a totalidade da taxa de comissão paga pelo comprador do bem arrematado (fiada em 5% do valor do bem arrematado), podendo negociar apenas as comissões de responsabilidade do Comitente.

Logo, inexistente qualquer irregularidade na proposta apresentada pelo Recorrido, visto que houve “negociação” daquilo que pode ser negociado, restando ainda garantida a remuneração de 5% sobre os bens efetivamente alienados em leilão.

Destarte, não há de se falar em inexecutabilidade da proposta apresentada pelo Recorrido na medida em que, mesmo “renunciando” ao valor da comissão que deveria ser paga pela Administração Pública, ser-lhe-á devido, ainda, o percentual pago a título de comissão pelos arrematantes dos bens que serão levados a leilão.

Inclusive, o próprio Edital, em seu item 4.6. é claro ao destacar a comissão que será paga pelo arrematante:

“4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
(...)”

4.6 A comissão a ser paga pelo Arrematante-Comprador ao Leiloeiro Público Oficial será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor.” Grifou-se.

Dito isso, válido ressaltar o volume de bens que serão disponibilizados para leilão no total 19.476 de itens, conforme descrito no edital.

Colocados os fatos, fácil notar que a variedade de bens ofertados em leilão, somada ao considerável volume de produtos, cuja própria natureza aliada ao bom trabalho que o Recorrido desempenhará certamente resultará em elevados percentuais de venda, justificam a proposta realizada pelo Expoente, visto que a remuneração que será auferida com a comissão paga pelos arrematantes há de ser suficiente a cobrir os gastos inerentes à promoção do evento, assim como remunerar o Leiloeiro responsável.

No plano concreto, são mais de 3.000 (três mil) itens levados a leilão! Nestes compreendidos mais de 1.000 (mil) veículos; quase 2.000 (dois mil) itens eletrônicos; quase uma centena de joias; além de aeronave e embarcação.

Destarte, à luz dos fatos, não há de se falar em proposta inexecutável do ponto de vista financeiro. O volume de bens leiloados e a obrigatoriedade de pagamento de comissão por parte do arrematante garantem a viabilidade econômica da contratação.

IV.2. POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ZERADA NA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO – ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL – PLENA SEGURANÇA JURÍDICA

Demonstrado haver viabilidade de atendimento do contrato nos moldes da proposta vencedora, visto que ainda assim restará cabível ao Leiloeiro a comissão de 5% a ser paga pelo arrematante do bem, valor que se mostrará suficiente ante o considerável volume de objetos ofertados em leilão, somada a alta atratividade dos mesmos, passemos a demonstrar entendimentos jurisprudenciais cancelando o dito procedimento.

De plano, destacamos o posicionamento do TCE/MG, órgão máximo estadual mineiro voltado a apreciação de contas públicas, atestando a regularidade de se permitir a contratação do Leiloeiro a “preço zero” para o ente contratante. Senão vejamos:

“Neste ramo de atividade, como já mencionado, a remuneração do leiloeiro NÃO está circunscrita apenas à taxa de comissão a ser recebida da Administração. Cumpre ressaltar que a possibilidade do recebimento da taxa de comissão a ser paga pelo arrematante afasta a inexecutabilidade do contrato, haja vista a viabilidade de propostas com percentuais zero ou até mesmo negativos.

É lícito firmar contrato administrativo não oneroso ou com previsão de recebimento por serviços prestados por terceiros.” Grifou-se.

No mesmo sentido caminha remansosa jurisprudência do TCU, que é órgão de cúpula das contas públicas nacionais, conforme pode ser verificado através do brilhante voto

exarado pelo Ministro AROLDO CETRAZ nos Acórdãos nº 1.757/2010 e nº 552/2008 do referido tribunal. In verbis:

"Ressalta que a admissão de propostas com taxa de administração irrisória ou negativa não torna o contrato inexecutável, visto que a prestadora dos serviços pode obter como receita própria não apenas a taxa de administração, mas também o resultado das aplicações do montante dos benefícios durante o período compreendido entre a sua disponibilização pela contratante e o repasse à rede credenciada e, ainda, pela cobrança de "comissão" dos estabelecimentos. Acrescenta que o risco de inexecutabilidade deve ser diminuído com a exigência de garantias compatíveis com o volume de recursos que seriam intermediados pela prestadora dos serviços." Grifou-se.

Destaque-se que o derradeiro recorte trazido à baila não trata especificamente do ramo de leiloaria, mas a sua gênese é de natureza correlata.

Não sendo suficiente, restando sobejamente comprovado ser possível a contratação a "preço zero" de leiloeiro, sob o risco de soar maçante, mas por necessário se fazer a fim de deixar claro inexistirem dúvidas quanto a regularidade de proposta vencedora, o Recorrido traz também entendimento do judiciário, cujo desfecho acena favoravelmente a manutenção de sua proposta. In litteris:

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. MODALIDADE CONVITE. LEILOEIRO. PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRATUITOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. OBEDIÊNCIA AOS TERMOS DO EDITAL E À LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA. SENTENÇA CONFIRMADA.

1. Consoante o postulado da vinculação ao instrumento convocatório, as disposições contidas no Edital são de observância obrigatória tanto por parte da administração pública, quanto dos concorrentes ao procedimento licitatório.
 2. Não caracteriza prestação de serviços gratuitos a oferta apresentada pelo leiloeiro à concessionária de serviço público, no percentual de 0% (zero por cento), uma vez que a remuneração pelo trabalho desse profissional é composta tanto do preço eventualmente fixado à licitante, como do percentual de 5% (cinco por cento) cobrado obrigatoriamente sobre o valor dos bens leiloados, em conformidade com o artigo 24 do Decreto nº 21.981/32, que regula a profissão.
 3. Em conformidade com o teor do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, o procedimento licitatório destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório. Satisfeitas tais garantias e princípios, não pode ser tida por ilegal a escolha da proposta mais benéfica à administração.
 4. Apelação conhecida e não provida.
(Acórdão n.916835, 20140111951780APC, Relator: SIMONE LUCINDO, Revisor: ALFEU MACHADO, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 27/01/2016, Publicado no DJE: 04/02/2016. Pág.: Sem Página Cadastrada.)" Grifou-se.
- Desta feita, resta suficientemente claro que existe amparo jurisprudencial a justificar a manutenção da proposta vencedora.

IV.3. POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ZERADA NA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO – EXPEDIENTE UTILIZADO, TAMBÉM, NOS DEMAIS ITENS

Como sabido, o discutido edital trazia a necessidade de contratação de profissionais para capitanear a realização de leilões em localidades distintas (8 ao total).

Isso posto, é interessante destacar que em rigorosamente todas as regiões, o vencedor da disputa o foi com propostas idênticas à apresentada pelo Recorrido.

Tal fato, per si, só vem a corroborar com a exequibilidade da contratação em tais moldes, visto que não seria crível, sequer razoável, acreditar que variados profissionais distintos se submeteriam a condições desfavoráveis.

Não sendo suficiente, é importante salientar que a viabilidade financeira se estende a todas as localidades (como destacado nas razões já dispostas) mas, em especial no item 6 (Minas Gerais), ela se sobressai, vez que no quinhão em que se sagrou vencedor o Recorrido existe um dos maiores volumes de bens ofertados dentre todos os itens.

Assim, resta, mais uma vez, demonstrada a viabilidade financeira da proposta do Recorrido.

IV.4. POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ZERADA NA CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO – ENTENDIMENTO JÁ ADOTADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL – EDITAIS PARADIGMÁTICOS

Restando clara a viabilidade da proposta vencedora apresentada pelo Recorrido, citemos, a título de exemplo, que expediente semelhante já vem sendo adotado na esfera federal.

Apenas para ilustrar, citemos Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2016 promovido pela ABIN - Agência Brasileira de Inteligência, cujo objeto perfazia a contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio da promovente.

Naquela oportunidade, já em 2016, a Administração Pública, em sua esfera federal, já permitia a oferta de propostas zerada no que tange aos concorrentes leiloeiros. Senão

vejamos:

"11.3.4. Os leiloeiros licitantes deverão ofertar lances de, no mínimo, 0,00% (zero por cento) e de, no máximo, 5,00 (cinco por cento)."

Decerto, existem outros inúmeros casos onde foi permitida a contratação de leiloeiro com a proposta "zerada". Por óbvio, como a intenção da presente citação é ser didático e não enfadonho, nos ateremos a citar apenas o aludido caso, com o qual, entendemos, já é possível verificar ser a tônica da proposta "zero" do Leiloeiro a tendência e certames públicos.

IV.5. CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DA LICITAÇÃO – REGULARIDADE – CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO COM EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE PARA PRESTAÇÃO DE BONS SERVIÇOS

Demonstrada a viabilidade econômica da proposta do Recorrido, assim como a regularidade do expediente adotado pelo mesmo quando da apresentação de sua proposta, cumpre fazer algumas ponderações a fim de fortalecer, ainda mais, a visão sobre os benefícios decorrentes de sua contratação.

De plano, com esteio nos ensinamentos do Prof. JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, válido destacar se corporificar a licitação no "procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato, ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico."

No caso em apreço, o Recorrido apresentou não apenas a melhor proposta dentre as oferecida pelos licitantes à administração pública (cumprindo a contento com o aspecto objetivo), mas também preenche fatores relacionados propriamente à qualidade pessoal do que se espera do contratado (aspecto subjetivo), contando, dentre outros requisitos, com a demonstração de capacidade técnica e idoneidade econômico-financeira, de sorte a respaldar a presunção de que o vencedor da disputa tem condições de cumprir a contento com o objeto da licitação.

O Recorrido, apesar de jovem, conta com quase 2 décadas de atuação no ramo de leiloeira, sendo o 13º leiloeiro mais antigo em atuação dentro os 111 profissionais desta área habilitados pela JUCEMG.

Com ampla experiência e inúmeros sucessos em trabalhos anteriores e atuais, o Recorrido goza de grande prestígio junto aos mais variados órgãos públicos e particulares, atuando junto ao judiciário, municipalidades, empresas públicas, autarquias, secretarias e afins.

Não sendo suficiente, o Recorrido conta com moderna estrutura física voltada a organização e amparo de suas atividades.

Também é de se ressaltar o fato de que o Recorrido titulariza domínio eletrônico voltado a divulgação de seus trabalhos cujo volume médio de acessos remonta a (inserir média de acessos).

Todos estes apontamentos são citados apenas para deixar claro algo que já é óbvio: o Recorrido é profissional sério, detentor de know how, credibilidade e prestígio, de modo que não faria a proposta nos moldes em que realizada de não fosse factível de ser cumprida e viável do ponto de vista financeiro.

Não podemos olvidar o fato de que, mesmo atuando como um agente delegado da Administração Pública, o Leiloeiro almeja uma contraprestação suficiente a cobrir seus custos que resulte em lucro (o que é natural em qualquer atividade profissional).

O histórico de atuação do Leiloeiro promove presunção segura de que o mesmo será capaz de cumprir com o objeto da licitação. A lógica da atividade desempenhada (que se estende a qualquer atuação privada) garante que a proposta é financeiramente viável.

Destarte, detemos, no caso em apreço, as seguintes premissas:

- o Recorrido preencheu todos os requisitos legais;
- a proposta financeira do Recorrido é a melhor dentre todas as apresentadas;
- o Recorrido continuará fazendo jus a remuneração paga pelo Arrematante (5% sobre o valor de cada arrematação);
- existem entendimentos jurisprudenciais robustos permitindo a contratação de leiloeiro a "preço zero" para Administração Pública (judiciário, TCE/MG e TCU);
- há considerável volume de bens a serem leiloados;
- há variada gama de produtos de alta atratividade nos bens a serem leiloados;
- o Leiloeiro conta com vasto know how de atuação e inúmeros casos de sucesso (o que permite inferir com segurança que o leilão por ele promovido será um sucesso).

É que podemos atestar, sem sombra de dúvidas, que inexiste qualquer nódoa a macular o procedimento em questão, sendo não apenas legal, mas também legítima, a contratação do Recorrido, visto que a melhor possível para o ente Licitante.

V. CONCLUSÃO

Ex positis, roga o Recorrido não seja o presente recurso conhecido e, na eventualidade de ser admitido – o que se admite por argumentar - , que ele não seja provido, mantendo-se o credenciamento do Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho, visto que regular e legal, conforme disposições legais e editalicias, bem como seja determinado o prosseguimento do presente certame.

Na expectativa de que sua contratação será aperfeiçoada, ansioso para iniciar os trabalhos, subscrevemo-nos com elevada consideração, ficando, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos que possam se fazer necessários.

Termos em que pede deferimento.

Itaúna/MG, 13 de maio de 2019.

FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO
Leiloeiro Público Oficial

Fechar